

CASTELOS DAS ORDENS MILITARES

Castelos das Ordens Militares
Atas do Encontro Internacional

Edição

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Coordenação Científica

Isabel Cristina Ferreira Fernandes
(GEsOS – Município de Palmela)

Lisboa, março de 2014

As estruturas fortificadas de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: entre o domínio territorial e a afirmação senhorial

PAULA PINTO COSTA

Professora Associada / Investigadora; Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEPSE
ppinto@letras.up.pt

1. As estruturas fortificadas de Belver, do Crato, da Amieira e da Sertã: enquadramento histórico

O estudo dos castelos das Ordens Militares presentes em Portugal na Idade Média tem beneficiado de diversos trabalhos de investigação, com destaque para a obra de Mário Barroca¹. O nosso objetivo é apresentar uma perspetiva histórica sobre as estruturas fortificadas da Ordem de S. João, nomeadamente, sobre as de Belver, da Amieira, do Crato e da Sertã, situadas no vale do rio Tejo, no caso das duas primeiras, e no nordeste do Alto Alentejo e na Beira Baixa, respetivamente, no caso das duas últimas, a que se acrescentam os paços da Flor da Rosa e de Cernache do Bonjardim. Entre a fortificação mais a norte, isto é, a da Sertã, e a que se localiza mais a sul, ou seja, a do Crato, medeiam uns escassos 100 km, formando um território, atravessado pelo Rio Tejo, muito importante na afirmação da Ordem do Hospital em Portugal (**Fig. 1**).

Apesar de, nos seus primórdios, a Ordem do Hospital ser uma organização vocacionada para o apoio assistencial e não incluir na sua orientação normativa um programa de atuação militar definido com rigor, a sua experiência no Oriente Latino favoreceu a adoção deste tipo de práticas e, por consequência, a sua incorporação mais tardia na conduta da organização.

No domínio da construção de estruturas fortificadas, não seria esta circunstância — a da prioridade de um programa assistencial — uma limitação ao papel que os freires, também *militares*, viriam a ter no domínio militar. A experiência do Levante teria sido assimilada pelos seus homólogos ocidentais, no contexto dos contactos que mantinham entre si², e estimulada pelos acontecimentos locais, sobretudo na Península Ibérica, onde a reconquista constituiu um forte condicionamento. De forma muito particular, os castelos que as Ordens Militares construíram em Portugal são sinal destes mesmos intercâmbios, como demonstram algumas técnicas construtivas inovadoras, que decalcam a sua anterior aplicação no Oriente Latino. A relevância do papel das Ordens Militares, nomeadamente do Templo, ao nível da aplicação de técnicas de construção originais e favorecedoras do êxito em batalha (v.g. alambor e hurdício), e da difusão, ou até mesmo da introdução, da torre de menagem em Portugal, é reconhecida pelos especialistas³.

O papel de um castelo excede o seu desempenho no quadro da guerra, embora grande parte da tradição historiográfica sublinhe esta relação. Algumas destas estruturas conheceram contextos distintos e constituíram focos de povoamento, de gestão de domínios senhoriais e de expressão de sistemas jurisdicionais, sem que aos mesmos correspondesse uma funcionalidade defensiva-ofensiva, típica de um cenário de guerra. No caso das Ordens Militares, um castelo representava também uma dimensão essencial da sua identidade — a da prática das armas, enquanto elemento definidor do seu carisma — com independência de ter sido palco de confrontos.

A origem das quatro estruturas fortificadas em análise remonta a contextos distintos. Depois de darem mostras que eram capazes do exercício das armas ao lado do rei de Portugal, sobretudo a partir do envolvimento na conquista de Silves em 1189⁴, os Hospitalários viram-se comprometidos, do ponto de vista oficial, com o plano da reconquista. A nível internacional, a sua progressiva militarização estava em curso desde os anos 20 do século XII, embora fosse um processo que veio a adquirir maturidade sobretudo na segunda metade da centúria⁵. Comparando a cronologia portuguesa com a do Oriente Latino, podemos notar que no Oriente, a milícia recebeu o castelo de Bethgibelin (Israel) em 1136⁶ e o Crac dos Cavaleiros (Síria) por 1142–1144⁷, anos cruciais em que a Ordem reagiu a um apelo militar que levaria a mudanças funcionais internas e à incorporação nos seus documentos normativos deste tipo de orientações. Este desafio seria reforçado pelo recebimento do castelo de Belvoir (Israel) em 1168⁸.

Força das circunstâncias militares, em Portugal este processo de resposta por via das armas foi acelerado e posto à prova no contexto da violenta contra-ofensiva muçulmana de 1190–91⁹, que gerou grandes perdas do lado cristão. Assim, em 1194, os freires de S. João receberam a terra da *Guidimtesta* com a condição de construírem o castelo de Belver, localizado na margem norte do rio Tejo (Gavião)¹⁰. A proximidade cronológica à batalha de Alarcos (1195)¹¹, que se saldou numa pesada derrota das forças cristãs, mostra bem a dificuldade de domínio

militar na Península, que só seria invertida com a vitória alcançada na batalha das Navas de Tolosa (1212)¹². Como já foi salientado, a doação do território em que os freires construíram o castelo de Belver também representaria uma limitação intencional, por parte do monarca, à fortíssima presença dos Templários no vale do Tejo¹³, em consolidação crescente desde meados do século XII. A capacidade de construção do castelo de Belver, por parte dos Hospitalários, correspondeu à expectativa régia, pois, em 1210, já edificado o baluarte, seria aí depositada uma parte do tesouro do rei, sintoma da sua robustez construtiva e categoria derivada da sua associação a uma instituição originária da Terra Santa¹⁴.

A atenção régia em relação ao vale do Tejo foi mantida e prolongou-se para o Alto Alentejo, fruto do avanço da reconquista. Neste contexto, e no que toca ao Hospital, regista-se em 22 de março de 1232 a doação régia do Crato, situado a sul do Tejo, também, com a obrigação de fortificar e povoar o local¹⁵, no quadro do controlo de territórios mais meridionais. Ainda neste mesmo ano de 1232, e cumprindo um dos requisitos régios, a Ordem deu foral ao Crato, promovendo o povoamento da zona¹⁶, sem, contudo, se conseguir apurar se se deu início, de facto, à edificação de uma infraestrutura fortificada. Do ponto de vista documental, sabe-se que em 20 de julho de 1270 o capítulo da Ordem estava reunido no castelo do Crato¹⁷. O homem responsável por esta campanha de domínio territorial foi Fr. João Mendes, eventualmente da prestigiada família dos Sousas, comendador de Belver, estando documentado também como comendador do Crato, pelo menos a partir de 1237, o que demonstra a sua capacidade de intervenção neste território alentejano¹⁸. O facto de se registar este hiato temporal de 5 anos (1232–1237), sem que se encontre rasto documental de outro freire que exercesse as funções de comendador do Crato, reforça a hipótese de, pelo menos, até aí não existir um espaço construído em que o mesmo residisse e, neste sentido, seria o dignitário de Belver que viria a assumir este encargo nas terras do Crato. A primazia e o prestígio de Belver parecem manter-se, podendo mesmo, a título transitório (entre Leça e o Crato), ter acolhido a sede da Ordem em Portugal¹⁹. No próprio *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*²⁰, organizado em meados do século XVI, a parte reservada ao registo dos documentos relativos ao Crato tem início precisamente com o diploma da doação de Belver. Esta opção aponta para a consciência da importância de Belver no domínio da organização do território a Sul do Rio Tejo, e, de forma muito particular, para o Crato que, na sua origem, aparece na continuidade natural do reforço da expansão para Sul em complemento a um território que já lhes pertencia (Belver) e com o qual confinava. Uma parte do espaço a Sul do Tejo pode, eventualmente, já ter sido confiada aos Hospitalários, aquando da doação de Belver, quanto mais não fosse como incentivo ao avanço para Sul, em anos de difícil presença a Sul deste rio, por força da vitalidade militar dos muçulmanos nos inícios dos anos 90 do século XII.

O Crato viria a adquirir notoriedade no âmbito da Ordem do Hospital, fixando-se como sede conventual do priorado de Portugal em meados do século XIV. Com rigor, sabe-se apenas que em 1248 a igreja do Crato já estaria construída, a acreditar na lápide funerária de Fr. João Mendes aí tumulado²¹, e que em 1270 o capítulo da Ordem estava reunido no castelo do Crato²². Sem grande informação documental que esclareça a origem da fortificação, D. Pedro I reporta-se à cava e barbacã da Amieira e do Crato nos anos de 1358 e 59²³. Com uma formulação muito equívoca, Fernão Lopes escreve que Álvaro Gonçalves Pereira fez “*forte casa de Froll de Rosa, que he açerqua do Crato, logar deffemssavell e bem obrado, no qual edificou huua gramde e devota egreja aa homrra de Samta Maria*”²⁴, não sendo certo se a expressão “*logar deffemssavell e bem obrado*” se reporta ao Crato ou à Flor da Rosa. Já mais tarde, na década de 30 do século XV, o Prior Nuno Gonçalves de Góis encetou um amplo programa de obras no castelo e construiu a muralha que protegia o aglomerado populacional²⁵. Como é sabido, a sucessão do rei D. Duarte (†1438) abriu um período de grande instabilidade política, que culminou na Batalha de Alfarrobeira (1449). A rainha viúva D. Leonor, em fuga para o exílio, face à força ameaçadora do infante D. Pedro, hospedou-se no Crato, contando com o apoio do referido Prior, Nuno de Góis. Os factos precipitaram-se e, no final de 1440, a vila foi cercada pelas tropas do regente D. Pedro, sendo tomada a 17 de janeiro de 1441. O exílio de D. Nuno teve grandes consequências, pois justificou o seu afastamento do priorado, bem como o de outros freires, o que potenciou a desorganização no seio da instituição, com especial incidência nesta região, sinal dos tempos difíceis que a Ordem vivia em Portugal²⁶.

Partindo da base de implantação formada pelos núcleos de povoamento de Belver (1194) e do Crato (1232), sendo Belver o ponto axial da implantação dos Hospitalários na região em torno do Tejo, a presença a Norte e a Sul deste rio foi ampliada e foi alvo de um forte incremento por parte de Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, por meados do século XIV, dando cumprimento a uma estratégia bem delineada e dirigida para a Flor da Rosa, para a Amieira e para a Sertã, potenciando, desta forma, o controlo senhorial sobre um território fulcral para a Ordem do Hospital e ao qual ficarão associadas motivações políticas de monta. Assim, a intervenção de Álvaro Gonçalves Pereira abriu uma nova etapa na história destes territórios. As construções ordenadas na Flor da Rosa, na Amieira e em Cernache do Bonjardim (Sertã) integram-se em questões distintas das já referidas para os casos de Belver e do Crato e devem ser entendidas no contexto do reforço senhorial sobre uma zona já gerida pelos freires. A este nível, e para além do foral do Crato (1232), destacam-se os forais concedidos a Proença-a-Nova em 1244 (c. 20 km a E da Sertã)²⁷ e a Tolosa em 1262 (c. 25 km a N do Crato)²⁸, todos eles outorgados pela Ordem. Por exemplo, a carta de foral dada a Tolosa exige o cumprimento dos costumes em vigor no Crato e oferece sinais da vitalidade da implantação da Ordem nesta região, destacando-se a presença entre os confirmantes de 24 freires Hospitalários e de quatro alcaides.

Esta campanha de territorialização do século XIII, consubstanciada na concessão dos referidos forais, seria reforçada por um ambicioso plano de obras de meados do século XIV, patrocinado por Álvaro Gonçalves Pereira. O momento chave de preparação desta intervenção de meados de Trezentos é marcado por um processo de conflito que se arrastava já desde o reinado de D. Dinis, estando em discussão o apuramento do exercício jurisdicional. Neste sentido, em 30 de agosto de 1339, na corte de D. Afonso IV é emitido um amplo diploma sobre a definição dos limites e jurisdições entre Abrantes e Belver, ficando a aldeia de Mação sob a jurisdição de Abrantes²⁹. Ao encontro desta problemática, podemos citar um outro documento, lavrado em 17 de agosto de 1341, pelo qual se faz o reconhecimento régio da jurisdição da Ordem³⁰.

Este ambiente afigura-se a Álvaro Gonçalves Pereira muito importante. De facto, vê no apuramento de jurisdições uma oportunidade de consolidação da presença da Ordem nos territórios da Beira Baixa e do Alto Alentejo. Em 28 de outubro de 1341³¹, este Prior recebeu autorização régia para comprar herdades, destinadas a manter os capelães da capela que funda na Flor da Rosa, no termo do Crato, em honra de Santa Maria, precisamente um ano após a vitória da batalha do Salado, ficando muito ligado à retórica deste episódio pela narrativa do Conde D. Pedro³². Neste relato que consta no *Livro de Linhagens* é acentuada a articulação entre a Coroa, os Pereira e a Cruzada, sob o signo da Vera Cruz. Segundo a tradição, esta vitória militar resultou da ostentação em pleno campo das hostilidades de um fragmento do Santo Lenho, também conhecido como da Vera Cruz, depositado na igreja de Marmelar (Portel), pertença da Ordem do Hospital, numa clara evocação da Terra Santa. Em torno desta capela construída na Flor da Rosa desenvolve-se uma construção complexa³³, que inclui o paço residencial fortificado, edifício que expressa uma dimensão, tanto simbólica, da sua vocação guerreira, como real, da senhorialização da Ordem do Hospital no Sul do reino e que dá continuidade à fixação iniciada em Belver, em 1194, e no Crato, a partir de 1232. A importância atribuída à Flor da Rosa é inequívoca e o próprio Álvaro Gonçalves Pereira escolheu-a como o seu lugar de sepultura. Independentemente do que à data existia no Crato, este homem sentiu necessidade de criar algo de novo, que configurou numa capela ligada à devoção mariana. Parece, assim, poder depreender-se que o Crato evocaria um passado ao qual o Prior não queria vincular-se de forma tão direta e exclusiva, pois não respondia aos feitos cruzadísticos alcançados no Salado. No seu horizonte de referências também estaria a memória de uma emblemática viagem que fez a Rodes, sede da Ordem desde o final da primeira década do século XIV, onde pode ter ido buscar a inspiração para designar a sua capela e paço de morada — a Flor da Rosa (ou a Flor de Rodes, já que, em grego, *rodon* significa rosa). Aliás, de acordo com a tradição cronística, a dedicação deste freire seria recompensada com a entrega do Priorado por parte do Grão-Mestre³⁴.

A partir da obra na Flor da Rosa, este Prior avança para outros projetos. Com efeito, as intervenções na Amieira e na Sertã inscrevem-se neste mesmo tipo de orientações. O castelo da Amieira, localizado junto ao Rio Tejo (concelho de Nisa), apresenta-se num contexto distinto do de Belver e do Crato e começou a ser construído por volta de 1356, prolongando-se as obras, pelo menos, até 1362³⁵, sob o impulso do referido freire, que aqui mandou aplicar os conhecimentos militares que tinha assimilado em Rodes. Como se pode compreender, ao ter em consideração a cronologia em que estes acontecimentos ocorreram, não foi a reconquista o móbil desta construção. O que pode ajudar a explicar o protagonismo desta localidade, já na posse dos Hospitalários, provavelmente desde a doação de Belver em 1194, e mesmo a origem mais tardia do seu castelo, é a afirmação da linhagem dos Pereira no contexto da Ordem do Hospital e dos interesses que demonstra no Alto Alentejo³⁶. Interesses, estes, acompanhados pela mudança da sede conventual desta instituição para o núcleo do Crato / Flor da Rosa, em detrimento de Leça, que entre 1306 e 1336 foi alvo de uma profunda remodelação³⁷, ou mesmo de Belver, por meados de Trezentos³⁸. Neste sentido, a intervenção arquitetónica no território do Alto Alentejo conheceu medidas que reforçaram a presença Hospitalária, como foi o caso da assunção do Crato como cabeça do Priorado. A nova espacialidade do reino centrava-se, nesse momento, muito mais a Sul, pelo que Leça (concelho de Matosinhos) seria conservada mais como lugar emblemático e sede de uma importante comenda, mas afastada do pulsar político de meados do século XIV.

Cerca de uma década e meia antes do início das obras na Amieira, D. Afonso IV, em 1341, confirmou aos freires de S. João a jurisdição exercida em certas terras beirãs e na Amieira, segundo o documento, situada no termo do castelo de Belver e não muito distante da foz do rio Ocreza, que em 1199 foi assumido como delimitação entre as herdades da *Guidimtesta* e da *Açafa*, autorizando nomeadamente a atuação de juiz cível e crime³⁹. Como já referimos, os conflitos de jurisdição teriam um passado longo e complexo, plasmado num outro documento de 1339 a que já nos reportamos. Partindo destes factos, a preparação da campanha de obras que teve início na Flor da Rosa é bastante cuidadosa e responde a um reforço da posição jurisdicional da Ordem, no Alto Alentejo e na Beira Baixa, e dos Pereira, em particular.

Uma boa parte destes conflitos resulta da rivalidade entre os freires do Hospital e do Templo pela posse de territórios vizinhos na zona centro de Portugal. Os territórios da Beira Baixa foram alvo de grandes indefinições e a própria monarquia envolveu sucessivamente várias Ordens na sua gestão. Em 30 de novembro de 1165, D. Afonso Henriques confiou o território de Idanha-a-Velha e de Monsanto à Ordem do Templo⁴⁰. No entanto, segundo o foral manuelino, a Sertã terá sido doada aos Hospitalários em 1162⁴¹, sendo certo que nos aparece incluída nos limites mais setentrionais de Belver pela doação de 1194⁴². As estruturas existentes na Sertã responderam num primeiro momento a motivações decorrentes da ocupação de um território, da sua

correspondente exploração económica e da atividade evangélica desenvolvida por estes religiosos. O castelo da Sertã teve ocupação desde os sécs. X–XI, como demonstra a investigação arqueológica⁴³, sendo provável que uma eventual intervenção Hospitalária incorporasse estas estruturas já anteriores. No foral do Crato de 1232, por exemplo, entre os confirmantes, conta-se Fr. Martim Eanes, na altura capelão da Sertã⁴⁴, o que indicia a presença organizada na região. O aperfeiçoamento da estrutura de governo deste território daria lugar à designação da Sertã enquanto comenda ainda no século XIII⁴⁵. Grande parte das obras empreendidas nesta localidade deve-se à ação de Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, que patrocinou a construção de um paço em Cernache do Bonjardim, onde terá nascido o seu filho Nuno Álvares Pereira, escolhido para a dignidade de Condestável em tempos de D. João I. Em complemento, a igreja matriz da Sertã conserva informação de carácter epigráfico que aponta para uma remodelação do templo concluída em 1404⁴⁶.

A elevada estima que o Prior Álvaro Gonçalves Pereira nutria por esta zona terá sido transmitida ao seu sucessor na gestão da instituição, D. Álvaro Gonçalves Camelo. As afinidades destes dois indivíduos ultrapassavam a esfera institucional, na medida em que tinham um laço de parentesco entre si, já que D. Gonçalo Pereira, por via de dois casamentos (com Urraca Vasques Pimentel e com Marinha Vasques, respetivamente), era avô de Álvaro Gonçalves Pereira e bisavô de Álvaro Gonçalves Camelo⁴⁷. Assim se explica que este último tenha sido sepultado na igreja matriz da Sertã em 1423⁴⁸. A tradição de associar estes territórios à figura do Prior da Ordem teve continuidade com Nuno Gonçalves de Góis, sucessor de Álvaro Gonçalves Camelo no Priorado.

Decorrido quase um século sobre a grande campanha construtiva promovida por Fr. Álvaro Gonçalves Pereira, a agitação resultante da morte do rei D. Duarte (1438) provocou grande instabilidade, afetou o rendimento das propriedades da Ordem e gerou o confisco de bens nesta zona. Com efeito, clientelismos políticos ditaram a nomeação de diversos oficiais e alcaldes para as estruturas militares que foram cenário de grandes operações. No contexto a que nos referimos, o infante D. Pedro mandou cercar as fortalezas de Belver, Amieira e Crato⁴⁹.

Quanto às características que apresentam, as quatro estruturas fortificadas são distintas. O castelo de Belver é românico e tem torre de menagem isolada no centro do pátio⁵⁰. Em contraste, o da Amieira é gótico, apresenta plano retangular com uma torre em cada um dos ângulos e tem a torre de menagem adossada à muralha⁵¹. O da Sertã tem planta irregular, apresentando no seu interior uma torre quadrangular⁵². Por sua vez, a caracterização da fortificação medieval do Crato é praticamente impossível, pois, em 1531, registou-se um terramoto que causou a derrocada de boa parte do património arquitetónico e, em outubro de 1662, D. João de Áustria, no quadro da guerra da restauração, tomou o Crato, destruindo o cartório da Ordem e as fortificações da vila. Nesta sequência, no século XVII, o castelo de origem medieval foi alvo de obras que resultaram na sua transformação num fortim abaluartado⁵³. Em síntese, não

é possível definir tipologias dos castelos das Ordens Militares na Península, dada a diversidade imposta pelas condições locais⁵⁴ e pelas diferentes cronologias em que foram construídos. A comparação com outros castelos hospitalários peninsulares da mesma época seria um exercício bastante interessante, embora ultrapasse os objetivos específicos deste texto.

2. Entre o domínio territorial e a afirmação senhorial

Com soluções construtivas e de implantação territorial diferentes, fruto da especificidade da envolvente de cada um e da cronologia em que surgiram, estes paços (Flor da Rosa e Cernache do Bonjardim) e castelos (Belver, Crato, Amieira e Sertã) são, cada um por si só, excelentes exemplos da capacidade que a Ordem do Hospital tinha de domínio e de organização do território, por via da construção destas estruturas, da promoção do povoamento e da sua defesa. Como se sabe, competências semelhantes cabiam às restantes instituições deste perfil. Edifícios feitos pelos freires ou por outras pessoas que agiam sob as suas orientações e patrocínio, construídos de raiz ou no aproveitamento de uma outra qualquer edificação anterior, seriam sempre obras arrojadas e de grande exigência, que implicavam grande mobilização de recursos humanos e materiais. Embora sem o correspondente diploma que o deixe perceber de forma mais objetiva, o *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça* guarda memória de um documento pontifício “*En como ho Papa amoesta e roga todolos fiees de Jhesus Christo que façam bem e ajuda e esmolas pera se fazer o castel de Belveer*”⁵⁵. Apesar da relevância desta referência, não é possível avaliar o impacto deste apelo. Acrescente-se que a este registo se segue um outro, pelo qual o Papa confirma a doação régia de Belver e coloca o castelo sob sua proteção, o que indicia a sua importância⁵⁶.

De uma forma geral, estas estruturas castelares procuram reforçar o controlo militar, administrativo e económico do território, à semelhança do que acontecia no Oriente Latino⁵⁷, bem como exibir o carácter armado assumido por estas organizações. Na Península Ibérica constituíam, também, importantes apoios da política dos diversos monarcas, sobretudo no âmbito da reconquista, e a sua história, muitas vezes, desde o seu ponto de origem, só se esclarece na confluência da vontade régia. Assim, a ocupação de novos territórios não traduz apenas a iniciativa destas organizações, mas também os objetivos régios delineados para uma determinada área e concretizados com o compromisso dos freires, o que tem implicações na organização do espaço.

Observando a rede de castelos existentes na linha do Tejo, área em que se situam os de Belver e da Amieira, a que se juntam os, já mais distante, do Crato (a Sul) e da Sertã (a Norte), os baluartes dos Hospitalários eram uma espécie de barreira que interrompia o extenso domínio Templário. A ambição dos Hospitalários no que diz respeito a esta zona era grande, como deixa

transparecer a eventual manipulação documental a que terão sujeitado o diploma original da doação de Belver (1194), num momento situado entre 1199 e 1232, com o objetivo de comprovar a legitimidade de domínio sobre um território mais amplo, quer a Leste quer a Sul dos limites abrangidos pela referida doação⁵⁸. No mesmo sentido sugerido por esta hipótese, poucos meses depois da doação do Crato, Sancho II pediu aos seus porteiros que averiguassem os limites geográficos do território do Crato, levantando suspeição sobre a matéria⁵⁹. Estes dados fazem sentido no contexto da conflitualidade existente entre os Templários e os Hospitalários, alvo de um acordo firmado em 3 de janeiro de 1231, negociado, entre outros, por Fr. João Mendes, comendador de Belver⁶⁰. Em maio deste mesmo ano, nova composição é assinada entre ambas as Ordens a propósito de dois casais no termo de Castelo Rompar (Sertã)⁶¹. A extinção da Ordem do Templo e a criação da de Cristo (1319), sua herdeira patrimonial, potenciou rivalidades e a tentativa de afirmação do poder dos Hospitalários nesta área, onde proliferavam os territórios dos Templários.

Apesar de, na prática, algumas destas iniciativas poderem funcionar como elementos de descontinuidade da implantação Templária, no rigor dos números os castelos em análise tinham uma baixa representatividade quando comparada com a dos seus congéneres. A contabilização dos castelos das Ordens Militares em Portugal confere ao Templo 19 exemplares, a Santiago 13, a Avis 10 e ao Hospital os 4 que estão em foco neste trabalho⁶². Ultrapassando a mera questão contabilística, é fundamental entendê-los no conjunto de uma rede de comendas, único contexto que lhes dá expressão. Na verdade, Belver e o Crato são sedes de comendas de primeira importância e a Sertã também aparece associada a esta classificação. Por sua vez, para a Amieira, a documentação não conserva qualquer referência à sua qualidade como centro de gestão de uma comenda, pois está incluída na área da do Crato. O certo é que a doação de *Guidimtesta*, secundada pela do Crato, concorre para a projeção da área que abrange uma parte da Beira Baixa e uma parte do Alto Alentejo, definitivamente assumida como determinante a partir de Álvaro Gonçalves Pereira.

Em meados do século XIV, no contexto da notoriedade crescente desta zona, ocorreu a transferência da sede dos Hospitalários portugueses para o Crato, em vida de Álvaro Gonçalves Pereira, fundador do complexo conventual da Flor da Rosa, dos paços do Bonjardim na Sertã e do castelo da Amieira. De acordo com a memória cronística, a ele se deve “*o castello da Ameheira, que he assaz forte e bem fremoso; e os paaços e asseemtamento de Boom Jardim a par da Sertaãe, que he boa obra e graciosa de veer; e a forte casa de Froll de Rosa, que he açerqua do Crato, logar deffemssavell e bem obrado, no qual edificou huua gramde e devota egreja aa homrra de Samta Maria. E [...] hordenou della nova comemda com abastamça de bees*”⁶³. De resto, a instituição do morgado de Rodrigo, Pedro e Diogo Álvares Pereira, filhos de Álvaro Gonçalves Pereira, foi feita no Bonjardim, a 6 de setembro de 1356, na presença de diversas testemunhas,

entre as quais se destaca Fr. João Fernandes, já comendador da Flor da Rosa⁶⁴. O prestígio deste núcleo patrimonial também se manifesta pela associação à dignidade prioral das comendas do Crato, da Flor da Rosa, de Belver, da Sertã e de S. Brás de Lisboa⁶⁵ e pelas famílias comprometidas com a gestão destes núcleos, sobressaindo os Pereira, os de Góis e os de Avelar.

Os dados apresentados clarificam o significado atribuído a estes castelos e paços fortificados. O vale do Tejo, a Beira Baixa e o Alto Alentejo, onde estavam implantados estas estruturas, de uma zona central na história de Portugal nos séculos XII–XIII, por força se ter sido fronteira, vai transformar-se num espaço de retaguarda, cada vez mais apagado e seriamente penalizado pelas acrescidas dificuldades económicas que o setor primário atravessou nos séculos XIV e XV e pelos episódios de guerra que acentuaram os problemas. Os prejuízos causados pela agitação político-militar, agravados pelo despovoamento⁶⁶ e pela baixa produtividade agrícola destes domínios, traduziam as debilidades económicas dos tempos tardo-medievais e levaram o rei D. Duarte a autorizar o Prior a conceder em regime de sesmarias certas propriedades⁶⁷. Não obstante este quadro de adversidades, a capacidade de intervenção a partir destes castelos e de organização do território foi notável. Bons exemplos são o de Belver e do Crato que constituíram centros de irradiação da organização do povoamento e da dinamização económica da área envolvente. De facto, os castelos são centros de onde emana um poder senhorial, muito para além da esfera militar, e que toca o domínio fiscal, judicial e jurisdicional num amplo sentido do termo.

Apesar de todos eles se enquadrarem neste tipo de questões, é necessário reconhecer a singularidade funcional de cada um dos exemplares analisados no momento em que foram edificados. Assim, o de Belver correspondia a uma estratégia ofensiva no quadro militar da reconquista, o do Crato a um objetivo mais direcionado para a consolidação e exploração do território, a partir do núcleo inicial de Belver, atendendo ao afastamento da linha de reconquista, situada já no Algarve, e, por fim, os castelos da Amieira e da Sertã e os paços de Cernache do Bonjardim e da Flor da Rosa resultavam da afirmação senhorial e jurisdicional em domínios geográficos muito caros à família dos Pereira, tendo em conta a valorização do Alentejo no quadro da batalha do Salado⁶⁸. Com efeito, a importância destas estruturas fortificadas não se reduzia ao quadro militar da reconquista. Integraram lógicas senhoriais e mantiveram um papel ativo mesmo em momentos em que a guerra não era uma presença assídua. A haver uma especificidade em torno das estruturas castelares das Ordens Militares, ela poderia resultar, por um lado, da natureza destas instituições, que comportava uma dimensão militar não confiada a outros senhorios, e, por outro lado, da inserção destes patrimónios em domínios mais amplos entregues à gestão das Ordens Militares com vínculos no reino de Castela⁶⁹. Esta circunstância potenciava o contacto com o outro lado da fronteira e, como tal, ameaçava a definição de autoridades superiores sobre esses mesmos núcleos, o que se poderia transformar numa questão de soberania.

Por fim, com independência de serem pontos de apoio direto ou indireto à guerra, nesta última hipótese pelo suporte às operações logísticas da retaguarda dos confrontos, estes castelos eram modeladores da identidade da Ordem, numa altura em que a prática das armas tendencialmente se afasta do quotidiano dos freires, esmorecendo a sua representação mental da missão guerreira de que também estavam imbuídos; como é sabido, a mística cavaleiresca tardo-medieval privilegia estes cenários, o que é bastante revelador no meio das Ordens Militares. A compreensão do significado destes castelos e da sua evolução histórica passa também pela reflexão sobre o poder simbólico que emanam por estarem associados a um conjunto de referências do Oriente Latino. Desde logo, a toponímia com inspiração oriental é um elemento bastante interessante. Belver homenageia o baluarte homónimo que a Ordem possuía no que é hoje Israel; o Crato pode remeter para o Crac dos Cavaleiros na Síria⁷⁹; a Flor da Rosa poderá comportar uma referência etimológica a Rodes (em grego, *rodon* significa rosa). Em suma, a recriação do Oriente Latino em território ocidental parece-nos um elemento crucial e revelador da própria identidade da Ordem. Para além da questão semântica e toponímica, a marca do Oriente Latino neste tipo de ambientes também se materializava por via da aplicação de ensinamentos construtivos orientais à nossa arquitetura militar.

Depois de inicialmente instalada em Leça, em Belver assistimos a uma espécie de re fundação da Ordem numa zona nova e frente a exigências militares até aí não integradas nos objetivos prioritários da instituição em Portugal; a este núcleo juntar-se-ia o Crato. A fundação da Flor da Rosa, da Amieira e dos paços de Cernache do Bonjardim situa-se no que podemos considerar uma nova fase de recriação da própria identidade da Ordem em Portugal, na sequência da vivência de uma experiência cruzadística em solo ibérico (a batalha do Salado). Assim, e em síntese, no século XII a Ordem, a partir de Leça, serve os objetivos assistenciais centrados em Santiago de Compostela; no século XIII foca-se no domínio territorial sob o enquadramento da guerra, nomeadamente em Belver; no século XIV torna-se prioritário o domínio senhorial e político, assumido, em particular, pelos Pereira. A afirmação de Álvaro Gonçalves Pereira por via do património da Ordem é curiosa: intervém nas faixas mais periféricas do território, fazendo dois paços — a Norte o de Cernache do Bonjardim e a Sul o da Flor da Rosa — que associa a si e à sua família, pois faz-se sepultar na Flor da Rosa e o seu filho Nuno Álvares Pereira terá nascido em Cernache do Bonjardim. A estas obras acrescenta um castelo na Amieira, no meio deste território, onde já existia o emblemático castelo de Belver. Enquanto este representaria a Reconquista, as construções do *ciclo Pereira* são sintomáticas, tanto da sua experiência e ambições senhoriais, como da sua participação na batalha do Salado e deslocação a Rodes, alimentando ambas uma interpretação renovada da cruzada e de referências simbólicas.

| Cronologia | |
|--|--|
| 1ª FASE | |
| Constituição territorial | |
| 1194 | Doação de Belver |
| 1210 | Castelo de Belver já construído |
| 1232 | Doação do Crato; Capelão na Sertã |
| 2ª FASE | |
| Consolidação territorial e gestão patrimonial | |
| 1232 | Foral do Crato |
| 1244 | Foral de Proença |
| 1248 | Igreja do Crato já construída |
| 1262 | Foral de Tolosa |
| 1270 | Castelo do Crato já construído |
| 3ª FASE – CICLO PEREIRA | |
| Condições Externas | |
| 1336 | Álvaro Gonçalves Pereira é Prior |
| 1339 | Definição de jurisdições |
| 1340 | Batalha do Salado |
| 1341 | Definição de jurisdições |
| Fase Construtiva (iniciativa de Álvaro Gonçalves Pereira) | |
| 1341 | Capela da Flor da Rosa, ponto de partida do paço fortificado |
| 1356 | Paço de Cernache do Bonjardim |
| 1356-62 | Construção do castelo da Amieira |
| 1358 | Cava e barbacã no Crato e na Amieira |
| 1380 | Morte de Álvaro Gonçalves Pereira |
| 1404 | Fim da remodelação da igreja da Sertã |

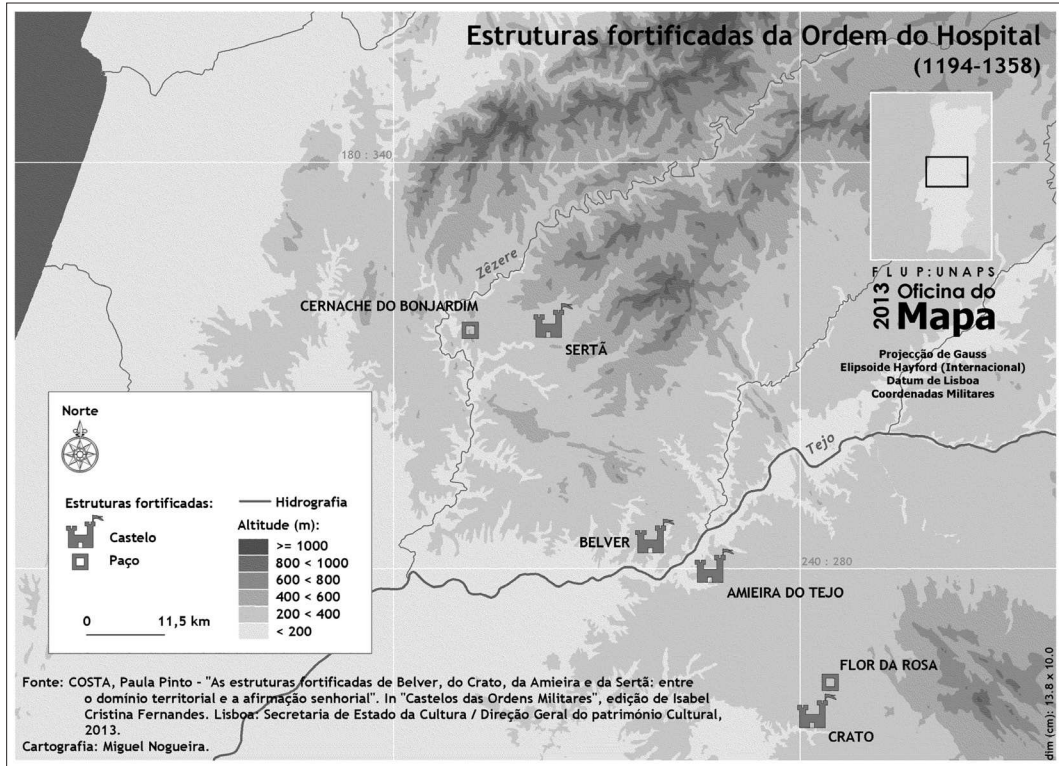


Fig. 1

Bibliografia e fontes documentais publicadas

- A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo**, com estudo de Manuel Cadafaz de Matos. Lisboa, 1999 (inclui edição fac-similada de LOPES, João Baptista da Silva (1844) – *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189*. Lisboa: Academia das Ciências, pp. 38–39).
- ALBUQUERQUE, Martim de (1992)** – *Portugal e a Ordem de Malta Portugal. Aspectos da Europa*. Lisboa: Inapa, TLP.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1999)** – Frontera castellano-portuguesa y órdenes militares: problemas de jurisdicción (ss. XII–XIII). In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel, ed. – *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, pp. 51–92.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2009a)** – Alarcos. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 53–54.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2009b)** – Navas de Tolosa. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 647–648.
- BARROCA, Mário Jorge (2000a)** – A Ordem do Hospital e a arquitectura militar em Portugal (sécs. XII a XIV). In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. 7: arqueologia da Idade Média na Península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 193–209.
- BARROCA, Mário Jorge (2000b)** – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862–1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BARROCA, Mário Jorge (2002)** – Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV). In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500–1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal, pp. 535–548.
- BARROCA, Mário Jorge (2009)** – Belver. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 151–152.
- BATATA, Carlos (2006)** – *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BOAS, Adrian J. (2009)** – Belvoir. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 152–153.
- BRANCO, Maria João (2006)** – *D. Sancho I*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- BRONSTEIN, Judith (2009)** – Crac des Chevaliers. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 267.
- Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100–1310)**, documentos publicados por Jean Delaville le Roulx, 4 vols., Paris, 1894–1906.
- Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I**. Lisboa: INIC, Centro de Estudos Históricos da UNL, 1984.
- CLAVERIE, Pierre-Vincent (2009)** – Bethgibelin. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 156.
- COSTA, Paula Pinto (2000)** – A Ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto. 3–4. Disponível em: http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/ordem%20de%20cristo%20-%20vol.3-4_final.pdf.
- COSTA, Paula Pinto (2004)** – As adaptações das Ordens Militares aos desafios da “crise” tardo-medieval. *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*. Porto. III série. 5, pp. 143–154.
- COSTA, Paula Pinto (2009a)** – Amieira. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 269.
- COSTA, Paula Pinto (2009b)** – Uma cultura de guerra aquém e além da fronteira: a Ordem do Hospital no contexto da batalha de Aljubarrota. In *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A guerra e a sociedade na Idade Média*, vol. 1, Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaca, Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, pp. 591–614.

- COSTA, Paula Pinto (2013)** – A dimensão imaterial da comenda de Marmelar (capítulo 9). In FONSECA, Luis Adão da (coord.) – *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*, Coleção Militarum Ordinum Analecta 17, Porto: CEPSE e Fronteira do Caos, pp. 207–234.
- COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário Jorge (2009)** – A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, ed. – *Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Câmara Municipal, pp. 679–714.
- COSTA, Paula Pinto; ROSAS, Lúcia (2001)** – *Leça do Balio no tempo dos Cavaleiros do Hospital*. Lisboa: INAPA.
- DIAS, João José Alves (1996)** – *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do séc. XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho (1961)** – *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve: conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa*, vol. I, Beja: Forais Manuelinos.
- Documentos de D. Sancho I (1174–1211)**, ed. Rui Pinto de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira. Coimbra, 1979.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios**, vol. 1, tomo II. Lisboa, 1962.
- Estória de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da “Coronica do Condestabre”**, introdução, notas e glosário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa Universitária, 1991.
- FERNANDES, Isabel Cristina; BARROCA, Mário Jorge (2009)** – Architecture Castrale. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, eds. – *Prier et combattre: dictionnaire critique des ordres militaires européens au Moyen Âge*. Paris: Fayard, pp. 104–110.
- FIGUEIREDO, José Anastácio (1800)** – *Historia da Ordem do Hospital, hoje de Malta, e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal*. Lisboa.
- FOREY, Alan (1984)** – The militarisation of the Hospital of St. John. *Studia Monastica*. Montserrat. 24, pp. 75–89 [republicado em *Military Orders and Crusades*, Vario-rum, artigo IX, 1994].
- GORDALINA, Rosário; BUCHO, Domingos (2006)** – *Castelo de Amieira*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt
- GORDALINA, Rosário; BUCHO, Domingos (1998)** – *Castelo do Crato*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Disponível em: www.monumentos.pt
- KRUS, Luís (1994)** – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280–1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1975)** – Cronica e vida del Rey D. Afonso o V. *Crónica dos reis de Portugal*. Porto: Lello e Irmão.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**, edição crítica por José Mattoso. In *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. 2. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- Livro dos Bens de D. João de Portel**. *Cartulário do século XIII*, ed. Pedro de Azevedo, edição fac-simile, Edições Colibri, Câmara Municipal de Portel, 2003.
- Livro dos forais, escripturas, doações, privilégios e inquirições**, com um estudo de José Mendes da Cunha Saraiva, vol. 3. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1948.
- LOPES, Fernão (1945–1949)** – *Crónica de D. João I*, 2 vols., Biblioteca Histórica – Série Régia, Porto: Livraria Civilização.
- MARQUES, José (1990)** – D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais. In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. 4, Porto: INIC, pp. 1527–1566.
- MARQUES, Maria Alegria (1995)** – As etapas de crescimento do reino. In COELHO, Maria Helena da Cruz; Homem, Armando Luís de Carvalho, eds. – *Nova História de Portugal. Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, vol. 3. Lisboa: Editorial Presença, pp. 37–41.
- MATTOSO, José (1990)** – A nobreza e a revolução de 1383. In *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Estampa, pp. 277–293.
- MATTOSO, José (2006)** – *D. Afonso Henriques*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- MIRANDA, Ambrosio Huici (1954)** – Las Campañas de Ya'qub al-Mansur en 1190 y 1191. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2.ª série. 5, pp. 55–74.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2010)** – *Castelos templários em Portugal*. Lisboa: Êsquilo.

PIZARRO, José Augusto (1999) – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279–1325)*, 2 vols, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna.

Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines. Lisboa, Typis Academis, 1856–1888.

RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (1986) – *Santa Maria da Flor da Rosa: um estudo de história de arte.* Crato: Câmara Municipal.

RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo (1989) – *Guia artístico do Crato.* Crato: Câmara Municipal.

SOUSA, Tude Martins de (1930) – Algumas vilas igrejas e castelos do antigo Priorado do Crato. *Arqueologia e História.* Lisboa. 8.

SOUSA, Tude Martins de; RASQUILHO, Francisco Vieira (1982) – *Amieira do antigo Priorado do Crato.* Fac-simile da edição de 1936, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Notas

- 1 Barroca, 2002, pp. 535–548.
- 2 Afonso de Portugal, filho de D. Afonso Henriques, foi Grão-Mestre da Ordem do Hospital entre 1202 e 1206. Barroca, 2000b, pp. 634–638; Mattoso, 2006, p. 165; Branco, 2006, p. 231.
- 3 Barroca, 2002, pp. 537–538.
- 4 Barroca, 2002, p. 538.
- 5 Forey, 1984, pp. 75–89.
- 6 Claverie, 2009, p. 156.
- 7 Bronstein, 2009, p. 267.
- 8 Boas, 2009, pp. 152–153.
- 9 Miranda, 1954, pp. 55–74; Marques, 1995, pp. 37–41.
- 10 *Documentos de D. Sancho I*, doc. 73. Barroca, 2009, pp. 151–152.
- 11 Ayala Martínez, 2009a, pp. 53–54.
- 12 Ayala Martínez, 2009b, pp. 647–648.
- 13 Barroca, 2002, p. p. 538; Oliveira, 2010, p. 207, onde em nota diz que é admissível que o castelo de Belver “tivesse qualquer estrutura anterior erguida pelos Templários, numa altura em que eles teriam a seu cargo a linha do Tejo desde Ródão à Cardiga”.
- 14 *Documentos de D. Sancho I*, doc. 194.
- 15 ANTT, *Gav. VI*, m. ún., n.º 22; publ. *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I, pp. 624–625 e publ. *Cartulaire générale*, vol. 2, doc. 2014, pp. 433–434.
- 16 ANTT, *Gav. VI*, m. ún., n.º 30 e publ. *Cartulaire générale*, vol. 2, doc. 2037, pp. 445–447.
- 17 *Livro dos Bens de D. João de Portel*, doc. 50, p. 54. De acordo com o *Portal do Arqueólogo*, o castelo do Crato foi alvo de escavações em 1993, sendo que a igreja e o paço datam do período gótico – <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsidi=124602&vs=55866> Figueiredo, 1800, Parte I, p. 206, refere que o castelo terá sido construído por Álvaro Gonçalves Pereira a partir de 1356.
- 18 Sepultado no Crato, com inscrição funerária datada de 12 de maio de 1248. Barroca, 2000b, pp. 840–842.
- 19 Figueiredo, 1800, Parte I, pp. 155–157 e 204–206.
- 20 ANTT, *Coleção Costa Basto*, n.º 4.
- 21 Barroca, 2000b, pp. 840–842.
- 22 *Livro dos Bens de D. João de Portel*, doc. 50, p. 54.

- 23 ANTT, *L.N.*, *Guadiana*, liv. 1, fls. 124–124v; *Livro dos forais*, vol. 3, doc. 292, pp. 29–31; Figueiredo, 1800, Parte III, p. 10. Em diploma de 1362.08.01, D. Pedro I faz referência a estas intervenções (*Chancelarias Portuguesas*. D. Pedro I, doc. 759, p. 343).
- 24 Lopes, edição de 1945–1949, vol. 1, cap. 32, pp. 65–66.
- 25 http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4568
- 26 Costa, 2000, pp. 203–209; Costa, 2009a, p. 269.
- 27 ANTT, *Gav. XIV*, m. 3, n.º 26; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I, pp. 630–632; *Cartulaire générale*, vol. 2, doc. 2316, pp. 611–614.
- 28 ANTT, *Gav. VI*, m. ún., n.º 31; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I, p. 701 e *Cartulaire générale*, vol. 3, doc. 3018, pp. 25–27, a que se acrescenta novo diploma no reinado de D. Dinis, dado pelo Prior Fr. Gonçalo Fagundes em 8 de julho de 1281 (ANTT, *Gav. XV*, m. 9, n.º 18).
- 29 *Chancelarias Portuguesas*. D. Afonso IV, vol. 2, doc. 125, pp. 219–224.
- 30 *Chancelarias Portuguesas*. D. Afonso IV, vol. 3, doc. 320, pp. 144–145; Figueiredo, 1800, I, p. 160–162. Neste contexto foi relevante o facto de já Afonso IV, ao procurar uma definição mais rigorosa das jurisdições senhoriais, ter confirmado à Ordem do Hospital a jurisdição cível e crime em regiões fronteiriças de Trás-os-Montes e Beiras, em parte, devido à situação política instável que se vivia frente a Castela. Desta forma, o monarca dava sinais de que a Ordem lhe oferecia uma garantia de proteção contra as ameaças de Castela. Marques, 1990, pp. 1527–1566.
- 31 ANTT, *Gaveta VI*, m. 1, n.º 212 e *L.N.*, *Guadiana*, livro 8, fols. 69–69v.
- 32 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica Mattoso, 1980, pp. 239–257.
- 33 Rodrigues & Pereira, 1986.
- 34 Lopes, edição de 1945–1949, vol. 1, cap. 32, pp. 65–66 e *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereira*, cap. VI, p. 13.
- 35 Barroca, 2000a, pp. 202–209; Barroca, 2002, p. 539.
- 36 Mattoso, 1990, p. 289.
- 37 Costa & Rosas, 2001, pp. 67–68.
- 38 COSTA, 2000b, pp. 591–614.
- 39 *Chancelarias Portuguesas*. D. Afonso IV, vol. 3, doc. 320, pp. 144–145; Marques, 1990, pp. 1527–1566.
- 40 ANTT, *OC/CT*, cód. 234, fls. 82v–83. Publ. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. 1, doc. 288, p. 370.
- 41 Esta informação consta da publicação integral em *Livro dos forais*, vol. 3, doc. 299, pp. 53–60. ANTT, *Forais novos da Beira*, fls. 94–94v; ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 459; Dias, 1961, vol. 1, pp. 131–132 (publ. parcial).
- 42 *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. 1, tomo II, p. 530; Costa & Barroca, 2009, p. 697.
- 43 Batata, 2006.
- 44 ANTT, *Gav. VI*, m. ún., n.º 22; *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, I, pp. 624–625; *Cartulaire générale*, vol. 2, doc. 2014, pp. 433–434.
- 45 Em 1297.04.20, Vasco Martins era comendador do Crato e da Sertã (ANTT, *Chanc. D. Dinis*, l. 2, fl. 131v).
- 46 Barroca, 2000b, pp. 2085–2087 e 2101–2103.
- 47 Pizarro, 1999, vol. 2, pp. 302–309.
- 48 Barroca, 2000b, pp. 2145–2153.
- 49 Leão, edição de 1975, cap. 10, pp. 814–815 e cap. 11, p. 817.
- 50 Barroca, 2000a, pp. 193–202, 2002, p. 539.
- 51 Barroca, 2000a, pp. 202–209, 2002, p. 539; Sousa & Rasquilho, 1982; Gordalina & Buchó, 2006.
- 52 http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2
- 53 Gordalina & Buchó, 1998; Rodrigues & Pereira, 1989; Sousa, 1930.
- 54 Fernandes & Barroca, 2009, p. 105.
- 55 ANTT, *Colecção Costa Basto*, n.º 4 (registo n.º 1 de Belver).
- 56 ANTT, *Colecção Costa Basto*, n.º 4 (registo n.º 2 de Belver).
- 57 Fernandes & Barroca, 2009, p. 104.
- 58 Costa & Barroca, 2009, pp. 679–714.
- 59 *Cartulaire générale*, vol. 2, doc. 2032, pp. 441–442.
- 60 ANTT, *Gav. VII*, m. 6, n.º 14; ANTT, *L.N.*, *Mestrados*, fls. 39–41; *Cartulaire générale*, vol. 2, n.º 1972, pp. 413–414.
- 61 ANTT, *Gav. VII*, m. 12, n.º 18 e *Gav. VI*, m. ún., n.º 211.

- 62 Barroca, 2002, pp. 541–544. A que se junta o castelo de Algosó, doado, com a vila, por Sancho II ao Prior Rodrigo Pais (ANTT, *Gav. VI*, m. ún., n.º 32; *Cartulaire générale*, II, n.º 1784, p. 320).
- 63 Lopes, edição de 1945–1949, vol. 1, cap. 32, pp. 65–66.
- 64 *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, 1984, doc. 543, pp. 222–224.
- 65 Figueiredo, 1800, Parte III, p. 52.
- 66 Costa, 2004, pp. 143–154. De acordo com o rastreio da população feito no século XVI (1527–1532), Belver tinha 149 fogos (92 fogos a norte do Tejo e 57 a sul do mesmo rio), Amieira 232, Crato 730 e Sertã 1200. Dias, 1996, vol. 1, pp. 517, 534 e 544.
- 67 ANTT, *L.N., Guadiana*, livro 4, fls. 224–224v e livro 6, fls. 161–161v.
- 68 Krus, 1994, pp. 253, 312 e 333; Costa, 2013, pp. 227–234.
- 69 Ayala Martínez, 1999, pp. 51–92.
- 70 Costa & Barroca, 2009, pp. 679–714.